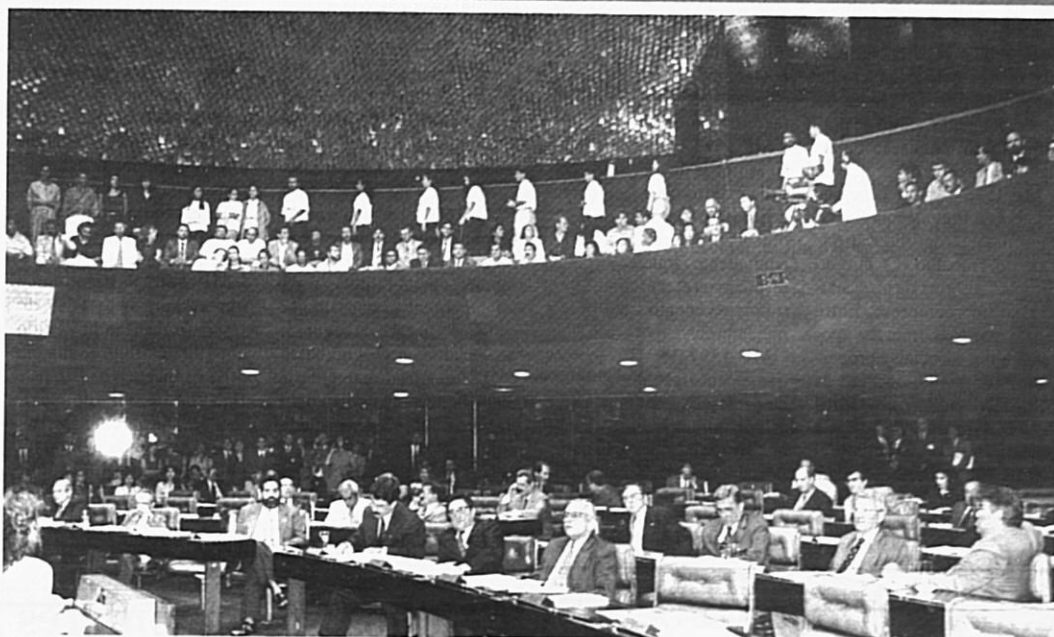


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 599 - Brasília, segunda-feira, 1º de dezembro de 1997



O plenário do Senado examinou matérias de grande repercussão no dia-a-dia do país, como o Código Civil e o Sistema Financeiro Imobiliário

Um mês de intensa atividade legislativa

O novo Código Civil, o Sistema Financeiro Imobiliário, a renda mínima e o Fundo de Terras são algumas das 73 matérias que o plenário do Senado aprovou em novembro, mês de intensa atividade legislativa na Casa. Nas comissões, o ritmo de trabalho também foi acelerado, com o exame de diversas propostas, entre elas as medidas provisórias que integram o ajuste fiscal. **Página 3**

Congresso começa a votar medidas provisórias amanhã

Sete medidas já estão em condições de ser apreciadas em sessão conjunta com a presença de senadores e deputados. Hoje, devem ser examinados 19 projetos de lei relativos a créditos suplementares

O plenário do Congresso Nacional reúne-se nesta terça-feira para iniciar a votação das oito medidas provisórias que integram o ajuste fiscal do governo. Sete MPs já receberam parecer favorável, nos termos de projetos de conversão aprovados por comissões mistas. A única MP não apreciada em comissão, até agora, é a que altera o Imposto de Renda. **Página 2**

MPs trazem riscos ao país, alerta Cabral

Medidas provisórias são inadequadas no presidencialismo e trazem riscos ao país, alerta Bernardo Cabral. Relator da Constituinte, Cabral diz que as MPs só cabem no parlamentarismo. **Página 5**

Jucá apóia ida de FHC à Guiana

Decisão do Brasil de intensificar relações com países do norte do continente é aplaudida pelo senador, ao fazer balanço da viagem presidencial. **Página 8**

Violência entre jovens preocupa

Pesquisa da Unesco que aponta tendências violentas e autoritárias entre jovens do Distrito Federal é comentada pelos senadores em plenário, a partir de um discurso de Nabor Júnior. **Página 6**



Congresso começa votação das MPs amanhã

O Congresso Nacional começa amanhã a votação das oito medidas provisórias (MPs) que integram o ajuste fiscal do governo. Sete MPs já receberam parecer favorável, nos termos de projetos de lei de conversão aprovados em comissões mistas. A única medida não apreciada em comissão mista foi a relativa ao aumento do Imposto de Renda, cujo relator é o deputado Roberto Brant (PSDB-MG). Ela deverá receber parecer em plenário na sessão de quarta-feira.

As MPs são as seguintes: **MP 1595-14** - prevê a demissão de servidores não-estáveis e proíbe o pagamento de horas extras aos ocupantes de cargos em comissão e detentores de função de con-

fiança. Além disso, extingue 70 mil cargos declarados vagos na administração pública e acaba com a incorporação dos décimos (parte da retribuição devida pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de natureza especial).

MP 1596-14 - altera regras relativas à Previdência Social e normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do Simples, sistema de arrecadação da microempresa. Entre outras questões, trata das aposentadorias especiais e proporcionais, do auxílio-doença e da compatibilização dos cadastros do FGTS e da Previdência Social.

MP 1597 - Estabelece que os recursos existentes nas

contas de depósitos cujos cadastros não foram objeto de atualização somente poderão ser reclamados junto às instituições bancárias até 28 de novembro. Os saldos não reclamados serão revertidos em favor da União.

MP 1598 - Estende o acesso às linhas de crédito comerciais externas aos fabricantes de insumos, permitindo-lhes a obtenção de crédito a custos equivalentes àqueles de que já dispõem os exportadores para o processamento final dessas mercadorias.

MP 1599-38 - Estabelece que a concessão do benefício de prestação continuada (um salário mínimo mensal devido aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que comprovarem não possuir meios de

prover sua própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família) ficará sujeita a laudo médico realizado pelos serviços de perícia médica do INSS, amplia o prazo legal para o início do pagamento do benefício em até 90 dias e adia a redução da idade mínima para a concessão do benefício assistencial.

MP 1600 - Destina à amortização da dívida pública federal o superávit financeiro dos fundos, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurados no balanço patrimonial do exercício de 1997, bem como as disponibilidades financeiras destinadas aos mesmos, existentes no encerramento do exercício de 1996, não comprometidas com os restos a pagar.

MP 1601 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da

Competitividade com a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações realizadas no âmbito dos programas de financiamento operados pelo Sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas aos projetos de implantação, expansão, modernização ou relocalização de microempresas e de empresas de pequeno e médio porte.

MP 1602 - Estabelece um aumento de 10% do Imposto de Renda devido em 1998 e 1999, reduz em 50% os incentivos fiscais e fixa em 4% o limite máximo de abatimento de imposto devido da pessoa jurídica. A medida acaba com as isenções de IR para clubes de futebol, planos de saúde, hospitais e escolas privadas.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

- 15h30 - Sessão não deliberativa do Senado Federal
- 17h - Vereador José Izar, líder do PFL na Câmara Municipal de São Paulo
- 19h - Sessão do Congresso Nacional

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal
 - 19h - Sessão do Congresso Nacional
- Pauta: Apreciação de diversos projetos de lei, que autorizam abertura de crédito suplementar e especial ao Orçamento Fiscal da União

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

- Terça-feira (02.12.97)**
- 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: "Projeto de Resolução do Senado nº 151/97, que autoriza o estado do Piauí a contratar operação de crédito consubstanciada nos contratos de cessão de crédito, confissão e novação de dívida e outras avenças, com intervenção da União, celebrados em 28.08.97, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo do estado do Piauí, e ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados"
- Quarta-feira (03.12.97)**
- 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: "PLS nº 25/97 - Complementar - cria o Fundo de Terras; "PDL nº 36/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; "PDL nº 37/97 - aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; "PDL nº 41/97 - aprova o ato que renova a outorga deferida à Fundação Cotrisel para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sepé, estado do Rio Grande do Sul; "PDL nº 43/97 - aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Brasileira de Assistência e Educação - Fubae, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carniaca, estado do Espírito Santo; e "PDL nº 45/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberdade de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracaju, estado de Sergipe"
- Quinta-feira (04.12.97)**
- 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho"

COMISSÃO

- Terça-feira (02.12.97)**
- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Discussão de anteprojeto que modifica atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
- 17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Audiência pública de instrução das seguintes matérias: "Ofício S nº 63/96 - que encaminha solicitação do governo do estado do Paraná para contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 175 milhões, destinados ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais - Paraná 12 Meses; "Mensagem nº 257/96 - que encaminha solicitação do governo do estado do Paraná para contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao BID, no valor de US\$ 100 milhões, destinados ao financiamento, parcial, do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná; e da "Mensagem nº 81/97 - que encaminha solicitação do governo do estado do Paraná para contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao The Overseas Economic Cooperation Fund - OECF, no valor de Y 23 686.000.000,00, destinados ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná, com a presença de representantes do Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa
- Quarta-feira (03.12.97)**
- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: 1ª Parte: Audiência pública para apreciação da "Mensagem nº 1.365/97 - submete à apreciação do Senado Federal o nome do general-de-exército Germano Arnoldi Pedrozo para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do general-de-exército Luiz Guilherme de Freitas Coutinho
- 2ª Parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95 - suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PLS nº 230/95 - dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; "PLC nº 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar; "PEC nº 19/96 - dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; e "PLC nº 83/96 - dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Créditos suplementares serão apreciados hoje

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 19h, para apreciar 19 projetos de lei sobre créditos suplementares e especiais aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Destacam-se os projetos que autorizam o

Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 955 milhões, em favor de órgãos dos poderes Legislativo e Executivo, e de mais R\$ 909 milhões, em favor do Ministério Público e Poder Judiciário.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Luciano Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Além do novo Código Civil, foram aprovadas outras matérias de impacto. O projeto de renda mínima para municípios carentes, o Sistema de Financiamento Imobiliário e a prorrogação do FEF são exemplos

Senado apreciou 73 projetos em novembro

O plenário do Senado aprovou em novembro matérias de impacto como o novo Código Civil, o projeto que autoriza o governo federal a ajudar municípios pobres a conceder complementação de renda mínima, o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a ser votada esta semana em turno suplementar.

No total, os senadores apreciaram 73 matérias em novembro, sendo que 10 proposições foram enviadas à sanção, 34 à promulgação, entre elas a emenda constitucional prorrogando o FEF, e 13 foram enviadas à Câmara dos Deputados.

O projeto sobre renda mínima, acolhido na forma de substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara dos Deputados, autoriza o governo federal a colaborar com os municípios, arcando com metade dos recursos necessários aos programas de complementação de renda das famílias com filhos até 14 anos na escola. Como a proposição foi alterada pela Casa, a matéria voltou à Câmara.

Já sancionada pelo presidente da República, a lei que



Senadores tiveram muito trabalho em novembro. Sessão deliberativa no fim de semana atualizou pauta

cria o SFI dá à classe média uma nova alternativa para a compra da casa própria. Pelo novo sistema, o comprador só será o verdadeiro dono depois de pagar a última prestação. Atualmente, o comprador se torna dono desde o primeiro momento. Conforme as autoridades econômicas, a possibilidade de os bancos reaverem o imóvel com rapidez vai atrair recursos para o setor habitacional.

O Fundo de Terras, previsto em projeto de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), destina-se a financiar a compra de imóveis rurais por posseiros, arrendatários, parceiros, trabalhadores rurais, minifundiários, trabalhadores sem-terra e qualquer trabalhador que comprove eficiência agrícola de, no mínimo, cinco

anos.

Outra matéria relativa à reforma agrária foi o substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a projeto de lei da Câmara determinando que, antes de decidir sobre uma ação de reintegração de posse de terra invadida, o juiz deverá ir ao local do conflito. As duas proposições irão para análise dos deputados.

O plenário aprovou ainda projeto de resolução que obriga os estados e municípios a usarem 50% dos recursos obtidos com a venda de empresas estatais no pagamento de dívidas públicas. A comprovação dessa aplicação terá de ser apresentada ao Senado caso o estado ou município pretenda tomar qualquer empréstimo ou rolar sua dívida.

A emenda constitucional de

prorrogação do FEF até o final de 1999 foi aprovada em dois turnos pelos senadores e promulgada no dia 22, na mesma sessão do Congresso Nacional que debateu o ajuste econômico com os ministros da

Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir.

A contratação de professores por universidades e de cientistas por centros de pesquisa foi regulamentada em projeto de lei aprovado pelo Senado. Será dispensado a eles, inclusive na contratação, o mesmo tratamento dado aos servidores públicos, de acordo com o Regime Jurídico Único do funcionalismo.

Mulher poderá chegar à condição de vice-almirante ou almirante de três estrelas. É o que prevê, entre outras coisas, projeto de lei do Poder Executivo dispo sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha aprovada pelo plenário neste mês.

MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1ª A 30 DE NOVEMBRO DE 1997

Matérias aprovadas.....	57
Projetos aprovados e enviados à sanção.....	10
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	34
• Operações de crédito.....	17
• Concessões de rádio e TV.....	8
• Acordos internacionais.....	8
• Proposta de emenda à Constituição.....	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	13
• Projetos apreciados pelo plenário.....	8
• Projetos apreciados nas comissões, em decisão terminativa.....	5
Matérias enviadas ao arquivo.....	16
Matérias rejeitadas.....	4
• Projetos apreciados pelo plenário.....	2
• Projetos apreciados pelas comissões, em decisão terminativa.....	2
Matérias retiradas pelo autor.....	6
Matérias prejudicadas.....	6
Total de matérias apreciadas.....	73

Comissões tiveram atividade intensa e trabalho extra

As comissões do Senado tiveram intensa atividade em novembro. Uma das matérias aprovadas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi a proposta de emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo que as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios referentes ao 2º semestre de 1997 e aos anos de 1998 e 1999 serão previamente deduzidas da base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A proposta irá ainda à deliberação do plenário.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), entre diversas matérias, aprovou, ter-

minativamente, projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que cria o Título de Participação em Receita do Serviço Público Concedido (TPR), com o objetivo de captar recursos para obras de infra-estrutura junto às concessionárias dos serviços públicos. A CAE aprovou ainda o projeto de lei criando o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que depois recebeu a aprovação do plenário.

Entre os projetos aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de forma terminativa, está o projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) regulamentando o acesso à biodiversidade brasileira. A matéria passará ainda por um

turno suplementar de votação.

A CAS aprovou, também terminativamente, projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que permite tratamento privilegiado e gratuito, por meio de medicamentos entorpecentes, aos pacientes com dores intensas e constantes provocadas pelo câncer, e projeto de lei do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) revogando o regime especial de aposentadoria dos juízes classistas temporários. As duas proposições foram enviadas para a Câmara.

Por sua vez, a Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) a projeto de lei da Câmara estabele-

cendo a inclusão de conteúdos sobre direitos humanos nos currículos do ensino médio e fundamental.

A CCJ aprovou, terminativamente, projeto de lei do senador Júlio Campos (PFL-MT) obrigando a administração pública a submeter o servidor público civil federal a exames médicos periódicos. A matéria está na Câmara. Substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) a projeto de lei do senador Pedro Simon transferindo para o Ministério Público o acompanhamento do inquérito policial também foi aprovado pela CCJ. A proposição ainda terá um turno suplementar de votação.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou projeto de lei da Câmara que possibilitará a ampliação da participação da mulher nos quadros da Marinha. A proposição foi aprovada posteriormente pelo plenário. A CRE aprovou ainda vários acordos internacionais e três indicações de embaixadores.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

O Congresso Nacional instalou em novembro comissões mistas para analisar as oito medidas provisórias que integram o ajuste fiscal do governo, sendo que sete já receberam parecer favorável ao mérito (ver matéria na página 2).

Por trás dos índices e alíquotas alterados sem consulta à sociedade, milhões de vidas são afetadas, alerta a senadora ao apontar o crescimento do desemprego

Benedita diz que a juste "atropelou" o país

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou sexta-feira, em plenário, as medidas provisórias editadas pelo Executivo como parte do ajuste fiscal, afirmando que atropelaram o país e o Congresso, já que "não se teve tempo suficiente para debater e discutir as questões".

Para a senadora, é preciso que se dê um basta à adoção de medidas provisórias, pois, embora a Constituição federal possibilite sua utilização em caso de relevância e urgência, nenhum ato ou norma legal definiu o que sejam esses conceitos, no âmbito do Direito Constitucional. Isto "gera uma lacuna e a possibilidade de interpretações subjetivas, tanto na edição quanto na deliberação de medidas provisórias", advertiu Benedita.

Conforme a senadora, o conjunto de medidas do governo sobrecarregou as classes média e pobre, por meio do au-



Benedita: milhões de vidas afetadas sem debate no Congresso

mento dos impostos, demissões de funcionários e congelamento por quatro anos dos salários dos servidores públicos.

Benedita revelou-se particularmente preocupada com a questão do desemprego, uma vez que, acentuou, 33 mil funcionários públicos perderão seu trabalho. Para a senadora, o governo parece não se dar conta de que, por trás dos índices e alíquotas que ele modifica sem consultar os interes-

ses da sociedade, milhões de vidas são afetadas.

Citando uma pesquisa publicada pelo Dieese, que constatou que 16,5% da população de São Paulo está desempregada, a senadora afirmou que as medidas são "antidemocráticas, antipáticas e inconstitucionais".

Referindo-se à atuação dos políticos, Benedita disse que o Congresso Nacional "perde sua identidade e sua cidadania" quando sustenta a iniciativa do

governo em querer ferir a própria Constituição e os direitos adquiridos pelos servidores. De acordo com ela, o governo precisa ser mais "transparente e democrático".

- Por que será que o governo promete tantos empregos, vantagens, investimentos aos servidores, e depois retira sua estabilidade? Por que ele diz que a implantação das medidas representou um avanço corajoso e necessário se, ao mesmo tempo, exige um relator que não seja candidato em 98? - questionou.

- Por que será que o Executivo tem tanto poder, tanta força para influenciar as decisões do Legislativo? Na verdade, o que se constata é que não há compromisso nem vontade política em dar ao povo e aos trabalhadores aquilo que lhes é de direito - destacou Benedita.

João Rocha: inadimplência

João Rocha: empresa aérea não recolhe seus débitos

O senador João Rocha (PFL-TO) pediu medidas mais energéticas do governo federal para obrigar as empresas aéreas a recolherem seus débitos junto aos cofres públicos. Ele considerou inadmissível que o poder público não cobre as dívidas tarifárias e não imponha qualquer punição pelo fato de essas empresas deixarem de prestar contas ao governo. Para o senador, as empresas aéreas enganam não só o governo, mas também o usuário, porque cobram por uma tarifa que não é recolhida aos cofres públicos.

- Trata-se de uma injustiça, de um absurdo, o tratamento privilegiado que as empresas aéreas gozam em nosso país - acentuou.

João Rocha denunciou o fato de as empresas não pagarem suas dívidas e continuarem operando. Segundo disse, apesar de as leis preverem penas duras, como a suspensão das concessões dadas pelo poder público para essas empresas operarem, as penalidades não são aplicadas. Ele informou que, até 4 de setembro, as empresas aéreas deviam aos cofres públicos R\$ 347,4 milhões, sendo que, deste total, R\$ 218,8 milhões se referiam a dívidas vencidas, mas negociadas com acordo para pagar em 96 parcelas. "Um verdadeiro presente", definiu o senador.

- Quem se pode dar ao luxo de deixar de pagar aos cofres públicos e não apenas ficar impune, mas também ser premiado? - indagou.

O novo regulamento para toda a sociedade

O plenário aprovou na última quarta-feira o projeto de lei do novo Código Civil, considerado a lei mais importante para os cidadãos em seu dia-a-dia. O Código fixa normas para decidir as mais simples divergências entre as pessoas ou situações complexas na área dos negócios.

"Essa é uma lei mais importante para o cotidiano das pessoas até mesmo que a Constituição. A Constituição garante direitos, mas quem protege o cidadão é o Código Civil", explica o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), presidente da comissão especial que estudou longamente o projeto.

Em mais de 2 mil artigos, o Código estabelece praticamente tudo sobre família, propriedade, heranças, negócios e empresas. Se alguém tiver dúvida, por

exemplo, sobre a quem pertence a fruta que cai no terreno do vizinho, é só consultar o Código (pertence ao vizinho). Se a dúvida for sobre divórcio, também está lá.

O atual Código, já com 80 anos, recebeu tantas mudanças desde 1917 "que às vezes tem mais notas de rodapé nos livros do Código do que texto propriamente dito", justificou o relator-geral do projeto, senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Em seu parecer, acatado quase sem mudanças pelo plenário, ele adaptou o Código às inovações da Constituição de 88 e consolidou em um documento todas as mudanças introduzidas nas últimas décadas na lei, retirando as partes que, com o tempo, perderam o sentido.

A redação final do projeto será votada nesta semana. Depois o projeto será submetido a nova análise dos de-



Josaphat: mais de dois mil artigos, aprovados quase na íntegra

putados por causa das mudanças que os senadores fizeram no texto aprovado antes pela Câmara. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou a esperança de que os deputados votariam o novo Código Civil em três meses.

Entre as dezenas de mudanças no Código, destacam-se a redução da maioridade de 21 para 18 anos, a indenização por danos morais e a revisão de contratos

em caso de desequilíbrio gritante contra uma das partes. O projeto fixou em 25 anos a idade mínima para adotar uma criança e estabeleceu que a "união estável" entre homem e mulher se dará após cinco anos, desde que os dois vivam "como se casados fossem". Se houver filho, o prazo baixa para três anos. A "união estável" dá a um cônjuge o direito de participar da herança do outro.

Segundo o senador, que foi relator-geral da Constituinte, o instituto da medida provisória só entrou na Constituição porque havia a possibilidade de se aprovar o parlamentarismo, o que acabou não acontecendo

Cabral: MPs não cabem no presidencialismo

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) alertou sexta-feira que o instituto da medida provisória foi adotado pela Assembléia Nacional Constituinte para o sistema parlamentarista de governo, e não para o presidencialismo, como está acontecendo no Brasil. Ele disse que, nas mãos de um governante que não presta contas ao Legislativo, isso poderia representar um grande risco para o país.

- Lamentavelmente, quando, num país, uma só figura ocupa a chefia do governo e a chefia do Estado, o que se vê é uma pessoa só ter a responsabilidade por milhões de outras, podendo adotar medidas que tragam alegria, mas também precisando ter a responsabilidade de assumir as medidas que tragam mal-estar -acentuou.

Cabral explicou que, no presidencialismo, o governante toma tranquilamente medidas sem que o Parlamento seja ouvido, levando parlamentares a ficarem "ora de acordo,

Cabral: poder pessoal no presidencialismo deturpa sentido da medida provisória



ora dispostos a seguir a trilha governista e ora até de cócoras". Também lastimou que, muitas vezes, quanto mais o Legislativo atende aos apelos do governo para a aprovação de decisões, mais predomina

na opinião pública a idéia de que "o Congresso não agiu com a presteza que o Executivo pediu".

O senador lembrou que, se o Brasil vivesse no parlamentarismo, aquele que disputas-

se a chefia do governo - o cargo de primeiro-ministro - seria obrigado a trazer ao Parlamento seu programa de governo, com as soluções para o país, a fim de ser aprovado. Recusado seu programa, ele não teria apoio para assumir o governo.

Na opinião de Bernardo Cabral, o que se vê no Brasil é que a nação e o Legislativo são frequentemente surpreendidos com medidas econômicas de sérios efeitos sociais. "O pacote colhe todo o povo de surpresa, inclusive o pre-

sidente da República. Por isso, não lhe atiro pedras", afirmou ainda o senador.

Ele informou que o instituto da medida provisória, destinado a ser usado em situações de relevância e urgência, só entrou na Constituição porque havia a certeza de que se aprovaria o regime de gabinete. "Quando se derrubou o parlamentarismo no plenário da Constituinte, eu e o senador José Fogaça alertamos para a impropriedade, porque a Constituição ficaria caolha."

Conforme Cabral, outro risco do presidencialismo é que muitos se aglutinam em torno da figura do presidente da República, não interessando a este que haja um Parlamento forte, pois fica mais fácil agir na base da troca de favores e de gentilezas. "Respeito os que defendem o presidencialismo, mas que me permitam ao menos mostrar as mazelas do sistema", acrescentou.

Executivo abusa, dizem senadores

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que, por presumir situações de urgência e relevância, a grande quantidade de medidas provisórias de que se utilizam os governantes brasileiros indica que há um número muito grande de si-

tuções relevantes e urgentes. Por isso, observou: "Temo que estamos diante de um Estado incapaz de lidar com a realidade. Precisamos repensar ou a medida provisória ou a maneira de lidarmos com a realidade".

Já o senador Josaphat Mari-

nho (PFL-BA) ressaltou que, por ser tradicionalmente intervencionista em assuntos de caráter econômico e social, o Poder Executivo no Brasil foi absorvendo poderes próprios do Legislativo. Em sua opinião, isso precisa "ter um basta".

CONHEÇA O SENADO

O Senado na República Velha (de 1889 a 1930)

O golpe militar que proclamou a República, em 1889, atingiu diretamente o Congresso Nacional. O Senado e a Câmara dos Deputados foram extintos e os parlamentares cassados, entre eles a primeira senadora brasileira, a princesa Isabel.

Formado o Governo Provisório, foi nomeada uma comissão de juristas para preparar um projeto de Constituição. A proposta foi inspirada, revista e aperfeiçoada por Rui Barbosa, a quem é atribuída a autoria de 74 dos 90 artigos da Constituição de 1891. A própria palavra "Senado" foi emenda dele ao projeto da comissão, que tinha proposto "Câmara dos

Senadores".

A nova Carta foi aprovada, sem alterações significativas, por uma assembléia a constituinte instalada em 1890, para a qual Rui Barbosa havia sido eleito. A Constituição de 1891 estabeleceu que cabia ao vice-presidente da República a presidência do Senado. Por isso, o primeiro presidente da Casa no período republicano foi o marechal Floriano Peixoto. A primeira Carta republicana também determinava que três senadores seriam eleitos por cada estado, com mandato de nove anos. Acabou, assim, a vitalidade do mandato de senador, que perdurou durante o Império e foi combatida pelo Manifesto Republicano de

1870, assinado por muitos senadores.

O Congresso Constituinte funcionou no Palácio da Quinta da Boa Vista, residência do imperador. Após a constituinte, o Senado voltou a funcionar no Palácio Conde dos Arcos.

Como toda reforma de regime político, os primeiros anos da República brasileira foram conturbados. O jogo de pressões gerou crises que resultaram no fechamento do Congresso Nacional, em novembro de 1891, por ato do presidente, marechal Deodoro da Fonseca.

O fechamento foi repudiado imediatamente pelos parlamentares. Posteriormente, o movimento contrário às medidas de

força obtiveram o apoio de alguns estados, da Marinha e do Exército, o que levou Deodoro à renúncia.

Foi nessas circunstâncias que o Senado assumiu o papel de arauto das diversas correntes de opinião que disputavam e caracterizavam o novo eixo de poder. Aos poucos, o Senado foi-se transformando no reduto das lideranças com efetivo poder nos estados, o que contribuiu para a consolidação do princípio federativo.

A posição política do Senado afirmava-se, passando a desenvolver atividade legislativa mais intensa. As reuniões do Senado eram abrihantadas pelos embates políticos travados na tribuna por Pinheiro

Machado (RS) e Rui Barbosa (BA). Jurista, escritor e senador, Rui Barbosa destacou-se pela participação ativa na apreciação do Código Civil, aprovado em 1916, e que só agora será substituído por proposta do também baiano senador Josaphat Marinho.

A República Velha morre com o golpe de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Por decreto, ele sufoca a democracia, ao dissolver o Congresso Nacional, as assembléias estaduais e as câmaras municipais, nomeando um ministério para exercer as funções dos poderes Executivo e Legislativo.

Senador analisa pesquisa realizada pela Unesco com jovens de Brasília, vê tendência individualista e suscetibilidade ao autoritarismo e à violência. Ele defende estruturas escolares baseadas na ética e no patriotismo

Nabor defende necessidade da reforma educacional

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou sexta-feira que o resultado da pesquisa realizada pela Unesco, que acusa uma tendência individualista e suscetível ao autoritarismo e à violência nos jovens de Brasília, indica que a verdadeira reforma que se impõe é a reforma educacional. Ele defendeu a criação de estruturas escolares e adicionais para atendimento à juventude, embasadas em idéias, valores éticos e princípios patrióticos.

Comentando a enquête realizada nos meses de junho e julho deste ano, em 18 escolas públicas e 22 particulares, abrangendo rapazes e moças com idade entre 14 e 20 anos, Nabor Júnior lembrou que, de acordo com a pesquisa, apenas 0,2% dos jovens confiam nos governos; 0,5% confiam nos políticos; 0,7% confiam

na Justiça; 6,7% confiam na Igreja e 11,2% preferem a ditadura.

Nabor observou que, se esses indicadores são invertidos, se registra mais de 99% de rejeição aos governos, aos políticos e à Justiça; a descrença nas estruturas religiosas supera a casa dos 93%; mas existe um único resultado positivo: mais de 88% dos jovens não acreditam que a ditadura seja a solução para os dramas sociais do país.

Quanto à violência, 16% dos jovens consideram que as pessoas só se impõem pela autoridade, segundo os dados divulgados. Pode-se inferir, portanto, argumentou o senador, que 84% acreditam em formas democráticas de prevalência política, social e até mesmo familiar.

Em aparte, o senador Leonel Paiva (PTB-DF) afirmou

que a culpa pelos desvios na juventude é dos próprios pais e responsáveis, destacando que houve uma deterioração de alguns aspectos morais e éticos. Carlos Bezerra (PMDB-MT) atribuiu ao golpe militar de 64 o retrocesso no processo educacional e na geração de novas lideranças. Ele acredita, entretanto, que o país começa a retomar seu modelo próprio de educação.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu providências contra a violência praticada pelos jovens e apontou a influência de programas exibidos pela TV e pela Internet. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a formulação de novas políticas que estimulem os jovens a participar das decisões nacionais e que combatam a ociosidade na juventude e, conseqüentemente, a violência.



Nabor: "A reforma que se impõe é a educacional"

Miranda elogia programas de educação para carentes

As atuais iniciativas do governo federal para melhorar o sistema educacional brasileiro foram destacadas pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM). Ele argumentou que o governo "tem objetivado elevar os níveis de conhecimento da população mais carente, investindo na qualificação profissional para garantir a inserção dessa camada da população no mercado de trabalho".



Miranda: inserção no mercado de trabalho

O senador citou o Programa de Recursos Descentralizados na Escola, que promove a transferência direta de recursos financeiros do salário-educação, na cota federal, para escolas e comunidades escolares, organizadas em associações de pais e professores. Para o senador, o programa, que beneficiou 2.200 escolas em 1996, "assume importância capital no Ama-

zonas", pois pode atender às necessidades emergenciais de cada comunidade escolar por meio da administração descentralizada dos recursos a elas repassados.

Gilberto Miranda lembrou que os professores também foram beneficiados pelo governo por meio do Plano de Valorização do Magistério, que colocou em ação um conjunto de medidas voltadas para o aperfeiçoamento do ensino e a ca-

pacitação dos professores.

De acordo com o senador, o problema da má distribuição do orçamento de cada estado poderá ser sanado com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Por meio do programa, a União garantirá o valor mínimo de R\$ 300 para a manutenção anual de cada aluno. Do total desses recursos, 60% terão de ser utilizados para o pagamento de professores.

O senador ressaltou ainda o Programa Nacional de Educação a Distância, que é parte de uma estratégia para solucionar o problema da baixa produtividade no ensino e da falta de equidade na educação pública. Ele disse que a educação a distância está sendo ministrada pelo programa TV Escola, que tem como objetivo a formação, o aperfeiçoamento e a valorização dos professores por meio de um canal de TV dedicado exclusivamente à educação.

Hollanda destaca iniciativas em favor do ensino

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) ressaltou a importância das iniciativas do governo em favor da melhoria da qualidade do ensino básico no país. Ele afirmou que, segundo dados do Ministério da Educação, 1,4 milhão de crianças, na faixa de sete a 14 anos, estão fora das escolas. Desse total, 656 mil estão concentradas no Nordeste, o que na opinião do senador justifica maiores esforços por parte do governo na região.

Hollanda destacou o lançamento do programa Toda Criança na Escola, no mês passado, em Brasília. Conforme disse, já no próximo ano o programa fornecerá a governos estaduais ou municipais R\$ 126,00 por aluno que conseguirem atrair para as suas redes de ensino. Conforme relatou, no mesmo dia em que foi anunciado o programa, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou projeto que autoriza o governo a apoiar os programas de bolsa-escola que vierem a ser adotados pelos governos municipais ou estaduais.

Para Joel de Hollanda, os problemas mais graves da educação básica no Brasil são

a repetência e a evasão escolar. Entretanto, a seu ver, a bolsa-escola poderá diminuir esses dados, à medida que a permanência das crianças assegure uma renda paralela às famílias carentes. Além disso, conforme defendeu, em vista dos benefícios que propicia, a bolsa-escola tem um custo relativamente baixo para o governo.

O senador enfatizou ainda a importância dos "Parâmetros Curriculares Nacionais" - conjunto de livros que sugerem currículos e métodos ao ensino da 1ª à 4ª série -, que serão enviados a 600 mil professores da rede pública com o objetivo de tornar mais atraente o aprendizado.



Hollanda: criança na escola

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

24 horas no ar

7h - Entrevista com o consultor de empresas Alexandre Barros sobre os riscos de ataque especulativo ao Real (inédito)

7h40 - "Senado em Pauta"

8h - Entrevista com o deputado federal Moreira Franco sobre o projeto de reforma administrativa aprovado na Câmara dos Deputados (reapresentação)

9h30 - Entrevista com o consultor de empresas Alexandre Barros (reapresentação)

10h - Comissão do Nordeste - audiência pública que debate o projeto do semi-árido (gravada)

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação da sessão de 27/11/97)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

1h - Entrevista com o deputado federal Moreira Franco (reapresentação)

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30

Para o senador, as medidas do governo deixaram os agricultores em situação difícil e sem condições de competir com importados

Boaventura quer política de apoio à agricultura

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) apelou ao governo para que adote uma política capaz de apoiar os agricultores brasileiros e aumentar a produção agrícola nacional. Ele argumentou que as medidas tomadas pela equipe econômica para conter a inflação, como a abertura do mercado nacional à importação, deixaram os agricultores

numa situação difícil, pois, sem incentivos à produção, eles não têm condições de concorrer com os produtos importados.



Boaventura: estagnação

Boaventura destacou que, conforme os números do governo, a safra de grãos esperada para 97-98 é de 78,8 milhões de toneladas, representando um crescimento de apenas 0,25% em relação à última safra. Isso significa que o Brasil precisará importar cerca de 10 milhões de toneladas para atender à demanda interna.

Para ele, isso significa uma grave estagnação da produção e um aumento da dependência do país ao produto impor-

tado: "Neste momento de crise nos mercados internacionais de capitais, continuar confiando na liquidez externa e na entrada no país de capitais autônomos para compensar o déficit nas transações pode se revelar uma decisão arriscada demais".

Boaventura lembrou que o trigo, o arroz e o algodão são os produtos de maior carência de produção interna. O algodão, lembrou ele, mesmo apresentando um crescimento de produção, tem estimativa de safra de 460 mil toneladas, metade da produção de 10 anos atrás. A soja continua a ser exportada, mas é contrabalançada pela importação do milho.

Para Odacir Soares, demissões inviabilizam o cultivo do cacau

A continuidade do programa de recuperação e implantação de cacauais em Rondônia realizado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), pelo Banco da Amazônia e pelos demais órgãos ligados à agricultura do estado foi elogiada pelo senador Odacir Soares (PTB-RO). Mas, segundo o senador, a demissão de funcionários em decorrência do



Odacir: metas reduzidas

ajuste fiscal do governo "inviabilizará grande parte do programa de fortalecimento da cacauicultura da Amazônia Ocidental que a Ceplac vem implementando nos últimos anos".

Odacir afirmou que aquela comissão executiva planejou ações que objetivam a geração de novas tecnologias, bem como a promoção do bem-estar econômico e

social dos cacaucultores.

Ele destacou que o plano de recuperação da lavoura cacaueira de Rondônia objetiva recuperar 30 mil hectares de cacauais, em três anos, com a participação de quatro mil famílias de produtores, porém o ajuste fiscal pode prejudicar o programa.

Como riscos ao projeto, citou a exoneração de 40,4% dos funcionários, interrupção de unidades de observação, redução das metas de trabalho e o possível fechamento da Escola de Agropecuária.

Alcântara ressalta empresa de extensão rural do Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que os êxitos alcançados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) "constituem relevante contribuição para o desenvolvimento rural". Ele fez essa declaração ao comentar relatório de atividades divulgado recentemente.

- A Ematerce, interiorizando o desenvolvimento, tem como estratégia a valorização e o res-

peito às peculiaridades, aos interesses e às decisões locais, contribuindo para aumentar a efetividade das políticas e para um tratamento mais justo das desigualdades sociais e entre regiões. Em 1996, a empresa teve atuação destacada em 184 municípios do estado, oferecendo assistência técnica e extensão rural diretamente a quase 100 mil produtores, nas diferentes atividades prioritárias do governo - disse ele. Alcântara lembrou o Progra-

ma de Profissionalização Rural mantido pela Ematerce, que visa proporcionar meios de qualificação da mão-de-



Alcântara: Ematerce

obra necessária em atividades agropecuárias, agroindustriais e gerenciais. Ressaltou que, como resultado, foram criadas, em várias regiões, 23 pequenas agroindústrias.



Esperidião Amin: transcendência

Amin: nada muda sem desenvolvimento da cultura

"Não há notícia de grandes transformações nos destinos das nações, sem que o desenvolvimento econômico se faça acompanhar de processo análogo na área cultural." A afirmação é do senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao reportar-se à recente comemoração do Dia da Cultura e da Ciência, o qual, em sua opinião, deve atrair a atenção de todos, visto ser questão de vital importância no processo de desenvolvimento dos povos.

Lembrando Confúcio sobre a necessidade de tornar os homens capazes de sobreviver antes de lhes proporcionar cultura, Amin disse que, embora não querendo contestar pensamento consagrado pela tradição milenar, não consegue "dissociar a necessidade material da necessidade cultural".

Isso porque ele considera que "a especificidade da natureza humana está, exatamente, na sua unidade biopsíquica, que não permite a segregação ou a hierarquização das necessidades". Amin também explicou que não se pode mais falar no termo *cultura* significando apenas a cultura erudita. "A cultura que nos interessa trazer à pauta é a da realização humana em sua totalidade".

Amin diz que sempre se identificou a simultaneidade dos processos econômico e cultural: "É a cultura que dá sentido às ações humanas, permitindo a identificação comunitária, a integração no repertório universal de realizações e a conquista da transcendência, única e verdadeira forma de imortalidade".

Senador que apressar a ligação entre Roraima e a Guiana e critica a exploração pela imprensa do incidente durante a viagem presidencial

Jucá defende aproximação maior com fronteira Norte

O senador Romero Jucá (PFL-RR) lamentou sexta-feira que a imprensa tenha dado destaque à gafe cometida pelo presidente da França, Jacques Chirac, ao referir-se a Fernando Henrique Cardoso como presidente do México, em detrimento do que considera de maior relevância no encontro: a decisão política do governo brasileiro de intensificar relações com os países localizados ao norte do continente.

Na esteira dessa política de aproximação, Romero Jucá sugeriu ao presidente da República, ao ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, e ao secretário de Assuntos Es-

Jucá: ampliação das relações iniciadas por Sarney

tratégicos, Carlos Alberto Sardenberg, a ampliação das relações com a Guiana, iniciadas no governo José Sarney com a decisão de construir uma estrada ligando Bonfim, em Roraima, a Georgetown, na Guiana. Segundo Jucá, faltam apenas 120 quilômetros

para concluir a rodovia, que, em um total de 560 quilômetros, permitirá o acesso ao Caribe, através do porto de Georgetown.

- Essa é outra alternativa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Ocidental - enfatizou Jucá.



Hidrovia trará desenvolvimento para Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) considerou a implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins uma obra vital para a economia de Mato Grosso, porque permitirá o desenvolvimento da região em bases duradouras e diminuirá as disparidades entre o Brasil pobre e o rico. Segundo disse, em virtude do baixo custo, do benefício ecológico e da integração regional e natural que proporcionam, as hidrovias representam o que há de mais moderno e racional existente em matéria de transporte.

Depois de lembrar que teve a honra de sugerir ao governo federal a inclusão da hidrovía entre as metas



Hidrovia reduzirá custos de transporte, diz Bezerra

do plano Brasil em Ação, Carlos Bezerra afirmou que a obra reduzirá o custo do frete da produção agropecuária na região. "Essa obra melhorará nossa competitividade internacional e fará com que nossos produtos possam ser vendidos no exterior a melhores preços", acrescentou.

De acordo com Carlos Bezerra, a natureza do projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins torna possível a navegação com embarcações de porte razoável, aproveitando a profundida-

de das águas e a boa velocidade da correnteza, o que proporcionará baixo consumo de combustível para os usuários.

- Já antevio a implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins como um marco no desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso e de toda a região Centro-Oeste - assinalou Carlos Bezerra. Ele destacou que as lavouras da região, a criação de gado e a agroindústria "vão mudar para melhor" com a implantação da hidrovía.

Belém sedia seminário de contadores

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou que será realizado em Belém, entre 10 e 12 de dezembro, o Seminário Interamericano de Contabilidade, que discutirá a globalização da economia e as novas tendências da profissão contábil no século XXI.

Conforme o senador, a importância desse evento se deve à complexidade dos procedimentos contábeis em um mundo de empresas que transcendem fronteiras, exigindo maior empenho dos profissionais da área.

Ademir, que elogiou a atuação do Conselho de Contabilidade do Pará, observou que há necessidade de se uniformizarem esses procedimentos nos países que desenvolvem entre si um comércio cada vez mais crescente, e que abrigam empresas com ramificações em vários deles, além de servir para criar maior cooperação entre os países do continente americano, visando desenvolver um grande mercado em futuro não muito distante.

- Num mundo que se informatiza e se moderniza a galope, as várias formas de crimes contábeis assumem requintes inimagináveis. Entretanto, o contabilista não pode sucumbir à tentação de utilizar as facilidades da tecnologia cibernética para encobrir falcatruas, nem pode emprestar o seu nome para ratificar desacertos e malversações - enfatizou.



Ademir: apoio aos contadores



Calheiros: eleição informatizada

Calheiros pede voto eletrônico para Alagoas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu o apoio da bancada de Alagoas à luta pela informatização das próximas eleições em todos os 100 municípios daquele estado. De acordo com o senador, para o pleito do próximo ano, o Tribunal Superior Eleitoral prevê a extensão do voto eletrônico apenas ao município de Arapiraca, além de Maceió, que já participou da inovação nas últimas eleições.

Calheiros afirmou que o investimento total previsto, atualmente sob exame da Comissão Mista de Orçamento, é de R\$ 131 milhões, e que seriam necessários "tão somente mais R\$ 4 milhões" para informatizar todo o estado de Alagoas.

- Um investimento ínfimo se levarmos em conta seus incalculáveis benefícios éticos e cívicos para o contingente de 1 milhão e 284 mil eleitores alagoanos e, principalmente, para o futuro de um estado que hoje necessita desesperadamente resgatar a autoestima, na tarefa inadiável de reconstituição de seu tecido sócio-econômico - disse.

Para Renan Calheiros, a informatização "purificou o processo eleitoral, livrando-o de vícios e irregularidades que teimavam em distorcer uma parcela nada desprezível da vontade popular", e fortaleceu a participação do eleitor, "como comprova o declínio no número de votos nulos e brancos".